



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638838 - SP (2021/0002632-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO : GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA - SP436815
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON ROBERTO GALDINO DE PADUA NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON ROBERTO GALDINO DE PADUA NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0008321-93.2020.8.26.0496).

O paciente cumpre pena de 6 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado pela prática do delito de tráfico de drogas.

O impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados e, assim, deve-se descontar 40% de sua pena, para que possa ser progredido ao regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para constar o prazo de 40% para progressão de regime prisional, nos termos da nova redação do art. 112, V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente